

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e. VII e 14.

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varela

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Ressaca e trabalho

Está previsto para a próxima quinta-feira o reinício dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. A interrupção provocada pelos festejos do carnaval adiou importantes deliberações sobre direitos sociais e individuais, inclusive a polêmica questão relativa às garantias do trabalhador no emprego. Em um país menos tropical e mais responsável, certamente ninguém ousaria servir ao reinado de Momo antes de cuidar dos interesses do povo. Com boa vontade, todavia, compreende-se a decretação do recesso para cumprimento do ritual carnavalesco, já que a folia está na massa do sangue do próprio povo.

Passadas, porém, a libação da fuzarca e a inevitável ressaca da quarta-feira de cinzas, aguarda-se que os constituintes retomem o seu trabalho. É indispensável fazê-lo, contudo, dentro de um novo ritmo, compassado pelos interesses da sociedade, já impaciente com a morosidade da elaboração constitucional. Não se pede, já se vê, a criação de uma nova Carta a toque de caixa, o que só levaria à imperfeição, mas em regime de urgência cadenciado por prazos menos elásticos. Afinal, os projetos de longo prazo aguardam definições da Assembleia.

Assim, é fundamental que não se decretem novos recessos, sejam quais forem os pretextos, como a celebração próxima da Semana Santa, na verdade marcada por um único feriado, o da Sexta-feira da Paixão. O legislador constituinte jamais deveria esquecer que não exerce apenas uma representação política ordinária, mas uma delegação da soberania nacional para construir o edifício constitucional do País. Por-

tanto, quanto mais alongar-se no cumprimento dessa outorga popular, mais distante ficará da origem de seu mandato.

Outra questão que não deve cair no olvido, até porque a opinião pública, interessada e vigilante, pretende vê-la cabalmente esclarecida, é a da fraude contra o painel eletrônico do plenário da Constituinte. Esse episódio encerra a prática de um delito penal gravíssimo, mais ainda em função do agente que o praticou — ou os agentes que praticaram —, pois se trata de mandatário da soberania popular.

Toda a sociedade, independentemente de qualquer conotação ideológica ou partidária, espera que os controles estabelecidos no âmbito da Assembleia funcionem eficazmente para revelar autor ou autores do ato delinquential, com a conseqüente punição ditada pelos próprios instrumentos de regulação da atividade parlamentar. Qualquer vacilação nesse sentido ou uma apuração de resultados reticentes, fundados no espírito de corpo, contaminará de suspeita a própria Constituinte. E, numa hipótese como esta, a futura Constituição já nasceria sem o alento vivificador da credibilidade pública; ao contrário, converter-se-ia em fonte de perplexidades e dúvidas, onde a legitimidade estaria sempre sob contestação.

A quinta-feira que se avizinha será, portanto, um marco no processo de normalização institucional, seja porque daí deverão fluir com maior responsabilidade os trabalhos de elaboração constitucional, seja porque começará de fato o inquérito para apurar a fraude.